

## EDUCAÇÃO POPULAR, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUDENTES.<sup>1</sup>

Jorgetânia da Silva Ferreira<sup>2</sup>

**RESUMO:** *Um desafio à reflexão de educadores populares sobre a educação popular no momento atual. Um momento histórico, cuja principal característica é a exclusão social, que nos leva a perguntar quais são os excluídos do ponto de vista sóciopolítico e se tais políticas sociais estão voltadas para a garantia dos direitos dos cidadãos e se há uma política econômica que atenda aos interesses dos poderosos. Além disso, como se manifesta o neoliberalismo e a diminuição da presença do Estado, o chamado Estado Mínimo, e as interferências nos direitos e privilégios. Uma exclusão resultante do modelo econômico vigente, associado à ampliação do uso de tecnologias. É neste contexto, e com o sentido de romper com os processos excludentes, que se pensa o papel dos educadores populares, cabendo a estes a tarefa de apresentar a historicidade dessa situação ao invés de contribuir com o discurso hegemônico que responsabiliza o sujeito pelo seu fracasso.*

Um dos grandes desafios que temos nos colocado, como educadores e educadoras populares, é refletir sobre o papel da educação popular no momento atual. Nesses tempos em que a grande imprensa apropriou-se das bandeiras de luta das classes trabalhadoras, como a defesa da educação, importa pensar a contribuição da educação para a transformação das relações sociais existentes. O atual momento histórico tem como uma das principais características a exclusão. A percepção da exclusão social leva-nos a perguntar: quem exclui? Do ponto de vista mais geral, é a política voltada para os interesses dos poderosos da sociedade. Por isso, a separação entre políticas includentes e excludentes. Poderíamos citar, também, a separação entre políticas sociais, voltadas para a garantia dos direitos dos cidadãos, e a política econômica, que atende aos interesses dos poderosos, sejam os latifundiários, os banqueiros, os grandes empresários.

Sendo assim, a própria denominação "política social" sugere que os demais tipos de ação política, em especial a política econômica, não são sociais. Mais do que isso: a necessidade de formulação de uma política social decorre do caráter anti-social da economia e, portanto, da política econômica nas sociedades capitalistas (SAVIANI, 2001). A reflexão de Saviani é importante na medida em que nos ajuda a pensar as políticas sociais como sendo a outra face do capitalismo.

E como se manifesta o capitalismo hoje? De acordo com Frei Betto (s/d), a nova face do capitalismo é chamada de neoliberalismo e tem como centro a diminuição da presença do Estado. O chamado Estado Mínimo transforma direitos em mercadoria; privatiza setores estratégicos como as telecomunicações, companhias de energia, siderurgias, etc; privilegia a especulação financeira sobre a produção; proporciona desemprego e miséria para grande parte da população. Na educação, o projeto neoliberal é facilmente perceptível no investimento de recursos públicos no setor privado e no sucateamento das universidades federais.

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão do texto apresentado no Programa de Formação Continuada em Educação Popular no dia 15 de setembro de 2001. O Programa é coordenado pela Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com os Movimentos de Educação Popular e a Secretaria Municipal de Educação.

<sup>2</sup> Doutoranda em História Social pela PUC-SP e coordenadora da Associação Educacional Paulo Freire.

Como resultados dessas políticas, temos a exclusão e o excluído. Mas quem é o excluído? Aquele que não consegue inserir-se no modelo criado para poucos. Temos várias formas de exclusão: raça, gênero, religião, idade, classe social, lugar de nascimento. Assim, são discriminados negros, mulheres, crianças, velhos, adolescentes, nordestinos em São Paulo, latinos e árabes nos EUA, roceiros nas cidades, obesos, portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Minha preocupação, aqui, volta-se para a exclusão que o modelo econômico vigente viabiliza, associado à ampliação do uso de tecnologias: a exclusão do trabalho. A preocupação com essa forma de exclusão justifica-se na medida em que a sociedade tem enraizado, como valor fundamental, o trabalho.

Como estão se sentindo os desempregados? Para FORRESTER (1997) a situação é muito preocupante, não apenas pelas razões econômicas, mas também pelo modo como essa situação é vivida em termos de valores:

*enquanto alguém diverte assim a platéia, milhões de pessoas, digo bem, pessoas, colocadas entre parênteses, por tempo indefinido, talvez sem outro limite a não ser a morte, têm direito apenas à miséria ou à sua ameaça mais ou menos próxima, à perda muitas vezes de um teto, à perda de toda consideração social e até mesmo de toda autoconsideração. Ao drama das identidades precárias ou anuladas. Ao mais doloroso dos sentimentos: a vergonha. Porque cada um crê (e é encorajado a crer-se) dono falido de seu próprio destino, quando não passou de um número colocado pelo acaso numa estatística (FORRESTER, 1997).*

Essa é uma das faces mais perversas do tempo em que vivemos, pois, além do modelo não permitir que a maioria das pessoas viva conforme o que o próprio modelo prega, o pensamento dominante transforma essa situação em uma questão pessoal. Então, se não passamos no vestibular, somos considerados menos inteligentes do que os que passaram, se não vamos bem financeiramente é porque não nos esforçamos. Se estamos desempregados é porque não procuramos ou não somos qualificados. Em síntese, o modelo responsabiliza o indivíduo pelo seu fracasso. Quantas vezes já nos deparamos com esse discurso, inclusive no meio educacional.

É no sentido de romper com essas visões conservadoras e dominantes que pensamos o papel da educação que ser quer popular. Aos educadores e educadoras populares cabe a tarefa de apresentar a historicidade dessa situação ao invés de contribuir com o discurso hegemônico que responsabiliza o sujeito pelo seu fracasso.

É pelo compromisso com a mudança da situação, que precisamos ainda pensar em formas de inclusão e ampliarmos a compreensão do que seja incluir. Temos na nova LDB, por exemplo, a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais na rede escolar. Mas a norma vem desacompanhada de políticas que permitam que a escola receba adequadamente essas pessoas. Se os professores não estiverem preparados para essa relação, o aluno continuará excluído.

Do ponto de vista da política educacional desenvolvida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e por seu ministro, Paulo Renato, a inclusão significa apenas aumentar o número de alunos com certificados de conclusão de curso. Mas estarão esses alunos preparados para viver todas as dimensões da sua existência, trabalhar, participar da política como sujeitos sociais, viver sua afetividade, sua sexualidade, sua religião e cultura, entendida como todo um modo de vida? Sabemos que não. Assim, essas pessoas continuam excluídas e iludidas. Como professora de uma instituição particular de ensino superior, testemunho que temos recebido alunos com grandes precariedades em sua formação, com dificuldade inclusive para ler e escrever.

A dificuldade de educar adequadamente as camadas populares tem servido de pretexto para o pensamento burguês afirmar que muitas pessoas não aprendem, porque são geneticamente inferiores ou porque, por condições sociais, tornaram-se menos inteligentes.

Se estamos comprometidos com a mudança, devemos combater bravamente esse argumento. Pessoas são marcadas por suas características genéticas, mas não determinadas. Os alunos que não receberam uma alimentação adequada não se tornaram menos inteligente por conta disso. A desnutrição mata. Mas os que sobrevivem continuam em condições de aprender. A escola deve estar preparada para atender à população pobre, com suas características culturais, seus modos de vida, e não impor sobre os pobres o modelo dos ricos. Não devemos desistir de dar a todos um ensino de qualidade. Não podemos aceitar que aos pobres seja reservado um lugar no nível médio/baixo e aos ricos uma formação completa e um lugar de destaque.<sup>3</sup>

Nesse sentido, os movimentos de educação popular travam uma árdua luta em duas direções. Uma no sentido de propiciar formas "alternativas" de estudo aos que foram excluídos de uma educação de qualidade. Temos, então, os movimentos populares de alfabetização de adultos, os pré-vestibulares alternativos, a preparação para os exames de massa. A outra dimensão da luta dos educadores e das educadoras populares é no sentido de construir, juntamente com o poder público, políticas para que toda a rede escolar torne-se popular, respeitando as diferenças e comprometendo-se com os interesses da maioria da população.

A partir dessas questões, é importante refletir em que medida as políticas vigentes, sejam elas estatais, empresariais e mesmo as políticas das ONGs e dos movimentos sociais, contribuem com a inclusão ou com a manutenção da situação.

Minha preocupação é com o que estou chamando de "inclusão autoritária". Muitas vezes, queremos destinar aos outros as políticas pensadas por nós, sem levar em conta as opções, os valores dos sujeitos envolvidos. Os "excluídos" são privados de seus direitos, mas isso não significa que abriram mão de pensar, de escolher, mesmo diante das grandes dificuldades pelas quais passam.

Marilena Chauí (apud RIBEIRO) afirma que a vitimização da maioria das pessoas, tornadas "desnecessárias e descartáveis" pela organização dos processos contemporâneos de trabalho, faz com que o agir ou a ação fiquem concentrados nas mãos dos não-sofredores, das não-vítimas que devem trazer, de fora, a justiça para os injustiçados. Estes, portanto, perderam a condição de sujeitos éticos para se tornarem objetos de nossa compaixão.

---

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento sobre essa questão ver GROSSI, Esther. *A coragem de mudar em educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Essas reflexões são importantes para nos atentarmos aos interesses dos excluídos e não decidirmos a priori o que é melhor para o outro. Assim, as políticas públicas devem levar em conta a trajetória do movimento social e as potencialidades apontadas pelos sujeitos "excluídos", seus sonhos e projetos que, muitas vezes, contestam o atual estado das coisas. Daí a necessidade de diferenciar propostas que são para o povo, mas não são populares, por não visar à transformação da sociedade. Projetos desenvolvidos por grupos dominantes, em geral, visam à manutenção da exclusão, confundindo a população, e consistem na privatização da solidariedade do povo. É assim que vejo, por exemplo, a ação da TV Globo na educação.

Quem se compromete com a educação popular deve lutar para que a educação se coloque a serviço dos interesses da maioria da população; que seja considerada um direito e não um favor; (que gere outras obrigações como a de votar nesse ou naquele candidato); que propicie o desenvolvimento independente do educando; que leve em conta os saberes das pessoas envolvidas; que estimule o respeito pelo outro e por si mesmo, valores de solidariedade, de organização dos grupos, para conquista de melhorias para todos.

Sabemos que essa não é uma tarefa fácil. Mas temos que insistir na perspectiva da possibilidade de uma educação libertadora, conforme Paulo Freire. Assim, os educadores que se querem progressistas têm

*o dever, por exemplo, de, em nenhuma circunstância, aceitar ou estimular posturas fatalistas. O dever de recusar, por isso mesmo, afirmações como: 'é uma pena que haja tanta gente com fome entre nós, mas a realidade é assim mesmo'. 'O desemprego é uma fatalidade do fim do século'. 'Galho que nasce torto, torto se conserva'. O nosso testemunho, pelo contrário, se somos progressistas, se sonhamos com uma sociedade menos agressiva, menos injusta, menos violenta, mais humana, deve ser o de quem, dizendo não a qualquer possibilidade em face dos fatos, defende a capacidade do ser humano de avaliar, de comparar, de escolher, de decidir e, finalmente, intervir no mundo (FREIRE, 2000).*

Mesmo considerando as dificuldades e os limites do nosso atual trabalho com relação à educação popular, acreditamos que por meio dela poderemos contribuir para a construção de uma sociedade melhor para a maioria da população. Em função disso, seguimos com nossos sonhos. Sonhos que, acreditamos, possíveis de serem realizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena apud RIBEIRO, Marlene. Exclusão; problematização do conceito. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 25, n. 1, p. 35-49, jan.- jun. 1999.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREI BETTO. Neoliberalismo: a nova face do capitalismo. **Revista AEC**. Belo Horizonte (s/d).

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSSI, Esther. **A coragem de mudar de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANI, Demerval. Disponível em <<http://www.nativo.com/educnte/porumaoutra.html>>. Acesso em: 8 set. 2000.